




Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. Representação sindical exige atenção à base territorial correta


 O TST reconheceu a prevalência de sindicato estadual em disputa com entidade interestadual para representação de trabalhadores em determinada base territorial, observando os critérios de unicidade sindical e delimitação territorial previstos no art. 8º, II, da CF/88.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão alerta as entidades sindicais sobre riscos de negociar com entidade sindical sem legitimidade, o que pode gerar questionamentos sobre instrumentos coletivos, contribuições e obrigações pactuadas. Recomenda-se verificar registro sindical, base territorial, categoria representada, estatuto e informações oficiais antes de firmar acordos ou convenções coletivas.

 <https://www.tst.jus.br/-/sindicato-estadual-vence-disputa-com-interestadual-para-representar-petroleiros-no-amazonas>


2. Justiça do Trabalho é competente para ação sobre combate ao trabalho escravo


 O TST ratificou que compete à Justiça do Trabalho julgar ação contra a União destinada a assegurar recursos para operações de combate ao trabalho análogo à escravidão, por envolver a efetividade de normas de proteção ao trabalho e de tutela coletiva laboral.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a atuação institucional da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho em temas de fiscalização, dignidade laboral e condições mínimas de trabalho. Recomenda-se aos empregadores especialmente em período de safra atentar-se a regularidade das contratações, alojamentos, frentes de serviço, intermediadores de mão de obra e documentação trabalhista, com checklist preventivo de conformidade.

 <https://www.tst.jus.br/-/justica-do-trabalho-deve-julgar-acao-contr-uniao-sobre-combate-ao-trabalho-escravo>


3. Ausência de cartões de ponto gera presunção favorável ao empregado


 O TST manteve condenação ao pagamento de horas extras diante da ausência de apresentação dos cartões de ponto pela empresa, aplicando a presunção relativa de veracidade da jornada indicada pelo empregado, conforme a lógica da CLT, art. 74, § 2º, e da Súmula nº 338 do TST.

 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores sobre o elevado risco de passivo quando não houver controle de jornada idôneo, completo e arquivado. Recomenda-se manter registros diários, confiáveis e auditáveis, revisar sistemas eletrônicos ou manuais de ponto e treinar gestores para validação correta de marcações e exceções.

 <https://www.tst.jus.br/-/produtora-de-sal-nao-apresenta-cartoes-de-ponto-e-tera-de-pagar-horas-extras-a-auxiliar-de-escritorio>


4. Falta de prova de encerramento não afasta obrigação de cumprir cota legal


 O TST manteve condenação de empresa por descumprimento da cota legal de pessoas com deficiência, ao concluir que não houve prova suficiente de encerramento das atividades capaz de afastar a obrigação prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão alerta que alegações genéricas de redução ou encerramento operacional não dispensam documentação robusta perante fiscalização e ações judiciais. Recomenda-se manter plano de cumprimento da cota, registros de processos seletivos acessíveis, comunicações com órgãos de intermediação de mão de obra e documentação formal de eventuais alterações societárias ou operacionais.

 <https://www.tst.jus.br/-/sem-prova-de-que-encerrou-atividade-empresa-de-limpeza-e-condenada-por-descumprir-cota-de-pcd>

5. Dispensa discriminatória de empregado pode gerar nulidade e reparação


 O TST reconheceu a gordofobia como motivo discriminatório de dispensa, por entender que a ruptura contratual fundada em estigma corporal viola a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a vedação à discriminação, nos termos da CF/88 e da Lei nº 9.029/1995.


 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores sobre o risco de nulidade da dispensa, reintegração e condenação indenizatória quando houver indícios de discriminação no desligamento. Recomenda-se formalizar critérios objetivos de avaliação, registrar histórico

funcional, treinar lideranças e adotar política interna expressa contra práticas discriminatórias.

<https://www.tst.jus.br/-/gordofobia-e-reconhecida-como-motivo-de-dispensa-de-consultora-comercial>


6. Acidente em máquina gera responsabilização do empregador


 O TST manteve a responsabilização da empresa por acidente que causou lesão em empregado durante operação de máquina industrial, destacando o dever patronal de garantir ambiente seguro e observar normas de saúde e segurança, especialmente quanto à proteção de máquinas e equipamentos.

 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores sobre risco de condenação por danos morais, materiais e estéticos quando houver falha de prevenção, treinamento, bloqueio ou proteção de equipamentos. Recomenda-se revisar adequação à norma regulamentadora pertinente, realizar manutenção preventiva, registrar treinamentos, elaborar procedimentos operacionais e fiscalizar o uso efetivo de dispositivos de segurança.

<https://www.tst.jus.br/-/frigorifico-e-responsabilizado-por-acidente-que-esmagou-dedos-de-trabalhador-em-maquina-industrial>


7. Exposição a estresse térmico pode gerar adicional de insalubridade

 O TST reconheceu o direito ao adicional de insalubridade em razão de exposição do trabalhador a estresse térmico, observados os parâmetros técnicos aplicáveis à avaliação do calor no ambiente de trabalho, nos termos da NR-15.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão evidencia que ambientes com calor intenso exigem medição técnica, controle ambiental e medidas efetivas de neutralização do agente insalubre. Recomenda-se atualizar PGRT, LTCAT e laudos ambientais, documentar pausas, hidratação, ventilação, EPIs e medidas de engenharia para reduzir risco de condenações e reflexos trabalhistas

<https://www.tst.jus.br/-/borracheiro-recebera-adicional-de-insalubridade-por-estresse-termico>


8. STF suspende julgamento sobre constitucionalidade da regularização de terras devolutas em São Paulo

 O Ministro Gilmar Mendes pediu vista e suspendeu o julgamento no Supremo Tribunal Federal-STF da ação que questiona a constitucionalidade da Lei Estadual nº 17.557/2022, de São Paulo, que autoriza a regularização e alienação de terras devolutas estaduais mediante pagamento e descontos. A relatoria é da Ministra Cármen Lúcia e não há data definida para a retomada do caso.


✦ **RELEVÂNCIA:** A suspensão do julgamento mantém, por ora, a insegurança jurídica sobre títulos dominiais emitidos no âmbito do programa estadual de regularização fundiária, especialmente em regiões historicamente marcadas por conflitos fundiários, como o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira.

 <https://www.conjur.com.br/2026-mai-10/stf-suspende-analise-de-lei-que-permite-privatizar-terras-devolutas-em-sp/>


9. Tribunal decide que inscrição no CAR, isoladamente, não comprova responsabilidade ambiental

 O Tribunal entendeu que a mera inscrição de imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR) não basta, por si só, para atribuir responsabilidade ambiental ao inscrito. A decisão reforça que o CAR possui natureza declaratória e cadastral, não servindo como prova definitiva de posse, domínio ou vínculo jurídico suficiente para impor obrigações ambientais. Apesar de afastar as medidas liminares, o Tribunal deixou claro que a decisão não encerra a discussão sobre eventual responsabilidade ambiental do réu.

✦ **RELEVÂNCIA:** O entendimento reduz riscos de imputação automática de obrigações ambientais sem comprovação efetiva de posse, propriedade ou vínculo jurídico com a área objeto da controvérsia.

 <https://www.conjur.com.br/2026-mai-10/registro-no-car-nao-atesta-posse-para-impor-obrigacao-ambiental/>

10. STJ vai definir regra sobre atualização do valor de indenização em desapropriações para reforma agrária

 O Superior Tribunal de Justiça decidiu analisar, em recurso repetitivo, qual deve ser o valor considerado para indenização de imóveis rurais desapropriados para reforma agrária. A discussão é se o preço da terra deve refletir o valor atual de mercado no momento da

perícia judicial ou o valor da época em que o imóvel foi ocupado pelo poder público. A decisão deverá orientar todos os processos semelhantes no país.

✦ **RELEVÂNCIA:** O tema pode impactar diretamente o valor das indenizações pagas em desapropriações para reforma agrária, diante do conceito constitucional de justa indenização.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2026-mai-13/stj-vai-fixar-tese-sobre-preco-atual-em-expropriacao-para-reforma-agraria/>

11. TRF-3 autoriza continuidade de licenciamento ambiental de ampliação de aterro, sem liberar supressão vegetal

📄 O TRF-3 decidiu permitir a continuidade do processo de licenciamento ambiental para ampliação de um aterro sanitário na Baixada Santista, afastando a suspensão total determinada em primeira instância. O Tribunal entendeu que a Licença Prévia, por si só, não autoriza desmatamento nem obras, sendo necessária análise posterior e autorização específica do IBAMA para eventual supressão de vegetação da Mata Atlântica.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reconheceu que o licenciamento é um procedimento técnico e gradual, que não pode ser automaticamente interrompido sem prova concreta de ilegalidade.

🔗 [5000328-09.2026.4.03.0000](https://www.conjur.com.br/2026-09-04/5000328-09.2026.4.03.0000)


12. TJSP declara inconstitucional lei municipal sobre hortas comunitárias


📄 O Órgão Especial do TJSP declarou inconstitucional a lei municipal que criava programa de hortas comunitárias e compostagem em áreas públicas. O Tribunal entendeu que, embora o tema seja de interesse local e ambiental, a norma invadiu competências do Poder Executivo ao impor obrigações administrativas e disciplinar a execução de política pública.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça o entendimento de que políticas públicas ligadas ao uso do solo, produção agrícola urbana e gestão ambiental precisam respeitar os limites constitucionais entre Legislativo e Executivo.

🔗 [2353623-95.2025.8.26.0000](https://www.conjur.com.br/2025-08-26/2353623-95.2025.8.26.0000)


13. TRF3 mantém auto de infração do IBAMA por comercialização de produtos florestais com documento inválido e afasta alegação de vício de consentimento


 A 3ª Turma do TRF3 negou provimento à apelação de empresa madeireira atuada pelo IBAMA por comercialização de produtos florestais nativos mediante emissão de DOFs inválidos. O Tribunal entendeu que a adesão à “solução legal” quitou apenas a multa administrativa, não afastando a obrigação autônoma de reparação ambiental. Também afastou alegações de nulidade por ausência de advogado e por suposto vício de consentimento no procedimento administrativo.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a posição jurisprudencial de que: (i) multas administrativas ambientais não afastam a obrigação de reparar danos ambientais; (ii) há forte presunção de legitimidade dos autos do IBAMA; e (iii) acordos administrativos ou adesões para quitação de multas não extinguem automaticamente passivos ambientais correlatos.

 [5005334-98.2024.4.03.6100](#)


14. Justiça declara inconstitucionais taxas municipais e determina restituição de valores cobrados nos últimos cinco anos

 A decisão proferida pelo Juizado Especial da Fazenda Pública declarou inconstitucionais as cobranças de taxa de expediente, taxa de sinistro e taxa de manutenção de acesso a imóvel urbano instituídas pelo Município. O juízo entendeu que tais exações não se enquadram no conceito constitucional de taxa, uma vez que não remuneram serviço público específico e divisível nem têm base em efetiva atuação estatal individualizada. Diante disso, determinou a restituição dos valores pagos pelos contribuintes nos últimos cinco anos, respeitada a prescrição aplicável.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante por reforçar a limitação constitucional do poder de tributar dos municípios na instituição de taxas, especialmente em hipóteses em que há cobrança desvinculada de um serviço público efetivamente prestado ao contribuinte.

 [1000384-90.2026.8.26.0306.pdf](#)

15. TJSP Anula multa municipal por falha na notificação do proprietário do Imóvel

 A 7ª Turma Recursal da Fazenda Pública do TJSP anulou multa aplicada pelo Município por falta de limpeza de terreno, reconhecendo nulidade da notificação enviada ao endereço

dos antigos proprietários, apesar de o município já possuir o cadastro atualizado com o endereço dos novos proprietários.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a imposição de multas administrativas municipais depende de notificação válida e do respeito ao devido processo legal, sendo nula a cobrança quando decorrente de erro cadastral imputável à própria Administração.

🔗 [1009644-14.2025.8.26.0344.pdf](#)

16. Restituição de ICMS sobre energia elétrica em estabelecimento rural

📄 A 8ª turma Recursal da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu o direito de produtor rural à restituição de ICMS cobrado sobre energia elétrica utilizada em atividade rural, diante da isenção prevista no regulamento de ICMS de São Paulo. Também confirmou a legitimidade do consumidor final para ajuizar a ação, conforme o Tema 537 do STJ, ainda que a concessionária seja contribuinte de direito. A restituição foi limitada pela prescrição quinquenal, com atualização pela SELIC.

✦ **RELEVÂNCIA:** O fundamento é que, embora a concessionária seja a contribuinte de direito do ICMS, o produtor rural é o consumidor final que suporta o ônus econômico do tributo na conta de energia. Por isso, o STJ reconhece sua legitimidade para pedir a restituição.

🔗 [1002093-80.2025.8.26.0344.pdf](#)


17. TIT/SP afasta parcialmente AIIIM de ICMS por reconhecer erros formais em levantamento quantitativo de estoques


📄 O Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo analisou um Auto de Infração de ICMS relacionado ao controle de estoques de etanol. A empresa alegou que parte das diferenças apontadas pela fiscalização ocorreu por erros operacionais e lançamentos em duplicidade. O Tribunal aceitou parte desses argumentos e reduziu parcialmente o AIIIM, mas manteve parte da cobrança por falta de provas suficientes. A decisão também determinou a aplicação da taxa SELIC aos juros.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que o levantamento fiscal gera presunção relativa, permitindo ao contribuinte demonstrar erros materiais e inconsistências do trabalho fiscal. No entanto, destaca que planilhas internas e controles próprios não bastam, isoladamente, para afastar a autuação fiscal, demonstrando a importância da documentação fiscal.

 [TIT SP - 4056903-2.pdf](#)


18. CARF afasta multa qualificada e define regras sobre ganho de capital em cessão de créditos e imóvel rural


 O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais analisou cobrança de IRPF sobre ganhos obtidos com cessão de créditos, venda de participação societária e venda de imóvel rural. O Conselho decidiu que os valores recebidos nessas operações devem ser tributados conforme forem sendo pagos ao contribuinte. No caso do imóvel rural, entendeu que, se o vendedor não entregar o Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT, a Receita pode usar o valor da escritura para calcular o imposto. O CARF também afastou a multa de 150% por falta de prova de fraude e reconheceu prazo decadencial mais favorável ao contribuinte quando houve pagamento antecipado do tributo.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão trata da tributação de ganhos em cessão de créditos e pagamentos parcelados no IRPF, reforçando a importância da correta informação no DIAT em operações com imóveis rurais para evitar aumento indevido do ganho de capital. Além disso, afasta multa qualificada de 150% por ausência de prova de fraude e reconhece a decadência tributária em favor do contribuinte.

 [10972.720013-2019-83](#)

19. Justiça afasta cobrança de IBS na exportação indireta

 A 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal concedeu decisão favorável a um grupo de empresas de comércio exterior, afastando a incidência do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) em operações de exportação indireta. O magistrado destacou a Constituição estipula a desoneração integral das exportações para garantir a competitividade no comércio internacional, o que abarca de forma inevitável as operações intermediárias e a exportação indireta.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reconhece que a exportação indireta também deve ser imune ao IBS, limitando exigências da reforma tributária e abrindo uma discussão relevante sobre os limites da tributação no novo sistema. Decisão é extremamente relevante para o setor rural porque grande parte das exportações do agronegócio brasileiro não ocorre de forma direta pelo produtor, mas sim por meio de cooperativas e tradings.

<https://www.conjur.com.br/2026-mai-13/juiz-do-df-livra-grupo-de-empresas-de-ibs-sobre-exportacao-indireta/>

Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.